

Demonstrações Financeiras

Banco Société Générale Brasil S.A.

30 de junho de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete   apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2023 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro.   uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstrações financeiras individuais em separado da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. O Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2023 atingiu o valor de R\$ 1,68 bilhão (R\$ 1,65 bilhão em 31 de dezembro de 2022) e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 32,47% (37,33% em 31 de dezembro de 2022) –  ndice alcançado de Basileia.

O banco apresentou um lucro de 12,2 milhões no primeiro semestre de 2023 (lucro de 8 milhões no primeiro semestre de 2022).

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN n  4.945/21, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto   questão socioambiental e climática na condução de seus negócios e atividades.

O Grupo contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às instituições financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federação Bancária Europeia (EBF) e da Federação Bancária Francesa (FBF), o grupo atua no sentido de promover a regulamentação adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo SG visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma relação  tica e transparente, da preservação do meio ambiente para as gerações futuras e o respeito   diversidade.

O Grupo SG Brasil, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promoção gratuita da educação, capacitação profissional, esporte, saúde, preservação do meio ambiente, arte e cultura”.

As políticas de responsabilidade ambiental e social encontra-se no endereço eletrônico do sitio no Brasil : <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-ambiental/> e <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-social/>

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20, o Grupo Société Générale designou o Canal de Ouvidoria a seus clientes (constituído em cumprimento   Resolu o CMN n  4.860/20) e o Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, situa oes com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utiliza o do canal de comunica o podem ser encontrados na internet e intranet do banco no Brasil. Canal de Denúncias:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/canal-de-denuncias/>

A Administra o do Grupo Société Générale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedica o.

São Paulo, 18 de agosto de 2023

Administradores

BEATRIZ LACAZ VIEIRA BROWN

MÁRIO MARCOS LOPES

AURELIEN GUILLAUME ALEXANDRE COTTARD

EDUARDO YASUDA IRIE

ROBERTO LUIS MARTINELLI DE OLIVEIRA

PAULO FAGUNDES DE LIMA – DIRETOR RESPONSÁVEL PELA ÁREA CONTÁBIL

Contador

LEANDRO DOS SANTOS - CRC - SP 262040/O-6

Banco Société Générale Brasil S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e aos Administradores do
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira do Banco Société Générale Brasil S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na se o a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em rela o ao Banco, de acordo com os princípios  ticos relevantes previstos no Código de  tica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades  ticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida   suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na forma o de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descri o de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos,   apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na se o intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em rela o a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condu o de procedimentos planejados para responder a nossa avalia o de riscos de distor es significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Carteira de Câmbio

O Banco possui ativos e passivos relevantes relacionados a carteira de câmbio que, conforme mencionado na nota explicativa nº 11, compreendem posições de operações de câmbio. Consideramos a carteira de câmbio um assunto relevante de auditoria, devido a magnitude dos valores envolvidos, e pelo fato de ser uma das principais atividades do Banco com alto volume de operações no semestre.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização do entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como efetuamos testes de controles internos relacionados com: a originação das operações; a análise e aprovação de operações de câmbio considerando os níveis de alçadas estabelecidas; reconhecimento de receita e despesa, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de câmbio, de confirmação da existência, por meio de circularização com a contraparte, de testes relativos à análise da documentação em conjunto com o recálculo dos ativos e passivos das operações na data base do procedimento e validamos a liquidação das operações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de câmbio e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas a contabilização e divulgações preparadas pela Administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores

O Banco possui em seu portfólio de investimentos, instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, conforme nota explicativa nº 7, os quais são precificados e registrados ao seu valor justo. A mensuração desses instrumentos financeiros derivativos a valor justo requer da Administração a utilização de modelos de precificação e premissas subjetivas, como a utilização de inputs observáveis e não observáveis de informações tais como fluxo de caixa esperado, taxa livre de risco e spread de risco de crédito, dentre outros. Devido à natureza desses instrumentos financeiros, e considerando a complexidade e subjetividade em suas metodologias de precificação, consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, análise para uma amostra de operações de derivativos dos contratos, verificação da liquidação financeira e o envolvimento de especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores para nos auxiliar e suportar a avaliação das metodologias de precificação, premissas consideradas pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos e valorização das operações. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com o determinado pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 9 e 10 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2023, o saldo bruto de operações de crédito era de R\$591.791 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$10.744 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação nas notas explicativas nº9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliarem na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudessemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'M. Soares', is written over the printed name of the auditor.

Marília Nascimento Soares
Contadora CRC SP-301194/O

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	Nota	2023	2022
Disponibilidades	5	2.843	90.411
Instrumentos financeiros		20.802.666	19.999.202
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	3.368.253	4.191.444
Títulos e valores mobiliários carteira de negociação	7	54.501	109.806
Títulos e valores mobiliários carteira de disponíveis para venda	7	724.801	752.754
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.082.511	510.145
Relações interfinanceiras		1.028	702
Negociação e intermediação de valores	8.a	-	32.270
Carteira de câmbio	11	15.203.919	14.053.382
Operações de crédito - setor privado	9.a	302.822	265.628
Operações de crédito - setor privado - outros créditos	9.a	64.831	83.071
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(10.744)	(10.063)
Ativo fiscal diferido	19.b	33.089	44.992
Outros ativos		565.291	559.140
Rendas a receber		1.456	1.131
Diversos	12.a	563.835	558.009
Investimentos		96.591	81.992
Participações em controladas	14	96.572	81.973
Outros investimentos		19	19
Ativo imobilizado		4.793	3.648
Imobilizado de uso		16.688	14.866
Depreciações		(11.895)	(11.218)
Total do ativo		21.494.529	20.769.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Depósitos e demais instrumentos financeiros		19.367.094	18.688.271
Depósitos	15	266.996	680.305
Captações no mercado aberto	16	54.840	459.810
Instrumentos financeiros derivativos	7	626.148	393.519
Obrigações por empréstimos e repasses	17	3.254.301	3.096.900
Carteira de câmbio	11	15.079.378	14.043.997
Relações interdependências		11.817	13.716
Negociação e intermediação de valores	8	73.614	24
Provisões		343.338	344.166
Fiscais e previdenciárias	12.b	5.429	8.851
Diversas	12.c	337.013	332.241
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		896	3.074
Passivo fiscal diferido	19.d	103.927	82.026
Patrimônio líquido		1.680.170	1.654.859
Capital		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital	25	3.431	3.559
Reserva de lucros		273	273
Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda	18.e	(6.772)	(20.068)
Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa	18.f	399	495
Prejuízos acumulados		(1.274.090)	(1.286.329)
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		1.680.170	1.654.859
Total do passivo e patrimônio líquido		21.494.529	20.769.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2023	2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(7.200)	345.141
Operações de crédito		23.516	35.240
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		362.536	249.020
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	(393.252)	60.881
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		99.129	(288.599)
Operações de captações no mercado		(71.523)	(54.396)
Operações de empréstimos e repasses	17	233.165	431.454
Resultado de operações com câmbio		(61.772)	(666.473)
(Constituição)/reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(741)	816
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		91.929	56.542
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(55.117)	(49.325)
Receitas de prestação de serviços		4.467	54.036
Resultado de participações em controladas e coligada	14	14.626	2.100
Despesas de pessoal		(40.698)	(36.030)
Outras despesas administrativas	21	(26.184)	(28.961)
Despesas tributárias		(7.036)	(55.736)
Outras receitas operacionais	22	24.869	38.054
Outras despesas operacionais	23	(25.161)	(22.788)
RESULTADO OPERACIONAL		36.812	7.217
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		3	4
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		36.815	7.221
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	(24.576)	757
Provisão para imposto de renda corrente		(939)	(11.957)
Provisão para contribuição social corrente		(633)	(9.621)
Imposto diferido		(23.004)	22.335
LUCRO LÍQUIDO DOS SEMESTRES		12.239	7.978
Lucro líquido por ação		12,04	7,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DOS SEMESTRES		12.239	7.978
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		13.200	5.021
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	18 (e)	13.296	5.037
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		24.173	9.158
Imposto de renda		(10.877)	(4.121)
Hedge de Fluxo de caixa	18 (f)	(96)	(16)
Hedge de Fluxo de caixa		(175)	(29)
Imposto de renda		79	13
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos:		(128)	(470)
Plano de Benefícios	25	(128)	(470)
Pagamento baseado em ações		(128)	(470)
RESULTADO ABRANGENTE DOS SEMESTRES		25.311	12.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E
30 DE JUNHO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>2.956.929</u>	<u>3.925</u>	<u>273</u>	<u>(44.396)</u>	<u>(1.372.159)</u>	<u>1.544.572</u>
Plano de pagamento baseado em ações	25						
- Controlador		-	(382)	-	-	-	(382)
- Controladas		-	(88)	-	-	-	(88)
Ajustes de avaliação patrimonial	18.e, 18.f	-	-	-	5.021	-	5.021
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	7.978	7.978
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022		<u>2.956.929</u>	<u>3.455</u>	<u>273</u>	<u>(39.375)</u>	<u>(1.364.181)</u>	<u>1.557.101</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>2.956.929</u>	<u>3.559</u>	<u>273</u>	<u>(19.573)</u>	<u>(1.286.329)</u>	<u>1.654.859</u>
Plano de pagamento baseado em ações	25						
- Controlador		-	(52)	-	-	-	(52)
- Controladas		-	(76)	-	-	-	(76)
Ajustes de avaliação patrimonial	18.e, 18.f	-	-	-	13.200	-	13.200
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	12.239	12.239
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>2.956.929</u>	<u>3.431</u>	<u>273</u>	<u>(6.373)</u>	<u>(1.274.090)</u>	<u>1.680.170</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota explicativa	2023	2022
Lucro líquido dos semestres		12.239	7.978
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		(339.787)	147.955
Depreciações e amortizações	21	677	647
Provisão para outros créditos e créditos de liquidação duvidosa	10	741	(816)
Atualização de depósitos judiciais	22	(17.409)	(14.084)
Reversão de provisão para riscos	13 (ii)	(2.500)	(98)
Atualização de riscos	13 (ii)	(9.240)	(5.990)
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	23	(1.689)	(384)
Impostos diferidos	19	23.004	(22.335)
Variação cambial de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.		(240.458)	172.216
Juros de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.		(27.185)	(85.235)
Ajuste MTM sobre TVM e Derivativos		(64.200)	101.495
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	18.e, 18.f	13.200	5.021
Atualização de plano de ações	25	(102)	(382)
Resultado de participação em controladas	14	(14.626)	(2.100)
Lucro líquido ajustado/(Prejuízo)		(327.548)	155.933
Variação de ativos e obrigações		(838.326)	(1.366.273)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		748.702	314.274
Aumento em títulos e valores mobiliários		81.686	3.295
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências		216	(10.797)
(Aumento) redução em operações de crédito		(3.888)	291.004
(Aumento) redução em outros créditos		(2.220.070)	(9.092.360)
Aumento (redução) em depósitos		(413.309)	344.704
Aumento (redução) no mercado aberto		(931.530)	(1.128.481)
Aumento (redução) em outras obrigações		2.203.760	8.574.383
Impostos pagos		(8.709)	(91.875)
Juros recebidos sobre operações		(21.219)	(23.354)
Aumento (redução) em Instrumentos financeiros derivativos		(273.965)	(547.066)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(1.165.874)	(1.210.340)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de uso		(1.822)	(608)
Alienação de imobilizado de uso		-	6
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades de investimento		(1.822)	(602)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Outros financiamentos			
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos		484.211	461.018
Caixa líquido oriundo das (investidos nas) atividades de financiamento		484.211	461.018
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA NOS SEMESTRES		(683.485)	(749.924)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE		3.376.785	1.430.900
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	5	2.693.300	680.976
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa		2.698.432	672.910
Diferença cambial líquida		(5.132)	8.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, localizado na Avenida Paulista, número 2.300, 9º andar, cidade de São Paulo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

O Banco é controlado pelo Société Générale companhia existente de acordo com as leis da França.

O suporte das operações do Banco à empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizado através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A resolução BCB nº 2/2020 estabelece critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

Essas demonstrações financeiras e as demonstrações financeiras em IFRS são divulgadas no sítio eletrônico do banco e enviados a Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12
- b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;

- c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- e) CPC 04 - Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16;
- f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- g) CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
- l) CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- m) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução BCB nº. 2/2020.
- n) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019
- o) CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924
- p) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 17 de agosto de 2023.

2.1 Resultado recorrente e não recorrente

Não houve resultado não recorrente contabilizado nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022.

Entende-se como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o seu exercício, agregando os custos inerentes ou transferindo o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como:

I - “hedge” de risco de mercado; e

II - “hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica “Outras obrigações”.

f) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h) Investimentos

- As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, são registradas ao valor de custo.

i) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

j) Depreciações

Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%.

k) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

l) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

m) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for feita uma estimativa confiável, de obrigações presentes que são consideradas prováveis seu risco de perda com saída de recursos para sua liquidação que incorporam benefícios econômicos e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

o) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro foi calculada considerando a alíquota de 20%.

p) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

q) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

r) Resultado por ação

A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

s) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são reconhecidos como despesa de pessoal pró-rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades do Banco SG, e em conformidade com a Res.4557/17 do CMN. Os indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A área de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposição não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao CRO e à alta administração.

A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital requerido pela Resolu o 4.557 que não fazem parte dessas “Demonstra es Financeiras” está disponível no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, que não faz parte dessas demonstra es financeiras.

I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco   um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferi o e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das opera es efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados   análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentra o, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

O Banco opta por ser conservador e compara a provisão calculada pela regulament o local da Resolu o 2.682 com a provisão por perda esperada (ECL-expected credit loss) calculada pelo grupo. Esta compara o   efetuada individualmente por cliente e a provisão   incrementada e igualada ao ECL se essa última maior. No semestre findo em 2023 houve uma constitui o no valor de R\$ 60 e no semestre findo em 2022 houve uma reversão no valor de R\$ 441 no resultado.

II. Risco de mercado

  o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscila o de preços e taxas de mercado em fun o de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posi es detidas pelo Banco Société Générale (BSGB). São classificadas como fonte de risco de mercado as opera es sujeitas   varia o das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de a es e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as opera es existentes no BSGB são consideradas para efeito de monitoramento de risco de mercado, exceto as opera es vinculadas aos recursos provenientes do capital.

As técnicas de mensura o utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

4.1 Técnicas de mensuração do risco de mercado

a.1) Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco Société Générale pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manuten o das posi oes" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentac o ocorrida ao longo deste período seguir  um padrão similar ao das movimentac oes que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR   utilizado para a mensura o de risco como, por exemplo, das opera oes financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale.

Abaixo o VaR da carteira de negocia o calculada.

Var MBRL

Junho de 2023	-1.959
Junho de 2022	-934

a.2) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das opera oes financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscila o de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida   internacionalmente conhecida, dentre outras denomina oes, por DV01 (dollar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale, a metodologia de "Análise de Sensibilidade"   aplicada considerando uma oscila o de 10 basis-point (isto  , 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em rela o aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplica o do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira)   comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez.

a.3) Testes de estresse

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a Área de Risco de Mercado do Banco Société Générale avalia diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários extremos. O teste de estresse é uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da instituição.

No Banco Société Générale, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado. São baseados em eventos históricos ou hipotéticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorrência.

4.2 Risco de câmbio

O Banco Société Générale está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. O Banco Société Générale controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

4.3 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco Société Générale se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar em decorrência dessas flutuações, podendo resultar em perdas para a instituição. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez, estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido.

III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

IV. Risco operacional

A gestão de risco operacional do Conglomerado do Société Générale Brasil (“CSGB”)   feita de forma contínua e integrada para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale, com as exigências da Basili a II, com a Resolu o CMN 4.557/17 e de acordo com a Governança descrita na Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Société Générale Brasil

A estrutura inclui também o monitoramento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da institui o, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A atividade de gerenciamento do risco operacional   executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna, subordinada ao Diretor de Riscos.

O Banco identifica e monitora a sua exposi o ao risco operacional de acordo com a natureza, o volume e a complexidade das atividades de negócios, através de vários instrumentos, sendo eles: i) avalia o de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basili a II (nota explicativa n  26); essa avalia o   revisada periodicamente e desencadeia planos de a oes mitigantes a partir de um certo nível de exposi o; ii) análise sistemática de incidentes e perdas operacionais e manuten o do histórico; iii) monitoramento mensal de indicadores de risco; iv) revisão dos controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de a oes corretivas; v) controles de conformidade (regulatório e reputacional), de preven o   lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, e anti-suborno e anti-corrup o (“compliance”); vi) gestão de crise e planos de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) treinamentos internos e campanhas de conscientiza o dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as a oes mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de aloca o de capital regulamentar, previsto no art. 1  da Circular n  3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela Circular n  3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulga o das informaçoes consolidadas referentes   gestão de riscos (Relatório de Pilar 3), conforme requerido pela Resolu o BCB 54, de 16 de dezembro de 2020, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, se o Gestão de Riscos, os quais não fazem parte dessas Demonstra oes Financeiras.

V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada institui o financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avalia oes de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade   realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitora o de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo:

I - Mecanismos para a identifica o e avalia o dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados   diretoria;

II - Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidas ao comitê de gestão de capital, riscos de liquidez e mercado grupo (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

A organização mantém capital regulatório mínimo para suportar suas atividades, calculando mensalmente o consumo de capital de acordo com a resolução 4.557 do Banco Central do Brasil. Para efeito prospectivo, estimamos anualmente o capital requerido no horizonte de 3 anos num cenário normal e estressado baseando-se no orçamento estabelecido pela área de negócios, sendo este estudo aprovado no comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez. Este estudo pode ser revisado a qualquer tempo, desde que condições excepcionais se manifestem antes do prazo de um ano estabelecido em nossa política. Caso venha a ser detectado eventual descumprimento dos ratios definido pelo Bacen durante nossa projeção de 3 anos, são adotadas as seguintes medidas:

Nível	Tempo até o desenquadramento	Ação	Fórum
Nível 1	6 meses	Definição de estratégia	CRM&LGC BSGB
Nível 2	3 meses	Reavaliação da estratégia	CRM&LGC BSGB
Nível 3	2 meses	Reavaliação da estratégia	CGCRL&M Grupo SG & Matriz
Nível 4	n/a	Operacionalização do aumento de capital	Matriz

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Disponibilidades	2.843	90.411
Aplicações no mercado aberto	2.499.975	3.026.535
Aplicações em depósitos interfinanceiros	147	-
Aplicações em moedas estrangeiras	190.335	267.895
Total	<u>2.693.300</u>	<u>3.384.841</u>

Estão representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias.

6 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2023	A vencer até 3				Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	
Aplicações no mercado aberto	3.057.561	-	-	-	3.057.561
Aplicações em depósitos interfinanceiros	204.282	30.718	61.484	14.208	310.692
Total	3.261.843	30.718	61.484	14.208	3.368.253

Em 31 de dezembro de 2022	A vencer até 3				Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	
Aplicações no mercado aberto	3.633.275	-	-	-	3.633.275
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.342	200.306	62.869	14.757	290.274
Aplicações em moedas estrangeiras	267.895	-	-	-	267.895
Total	3.913.512	200.306	62.869	14.757	4.191.444

7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

- a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 por categoria:

	2023		2022	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	56.772	57.801	104.083	104.772
Títulos para negociação:	53.366	54.501	100.770	101.681
Letras do Tesouro Nacional - LTN	31.443	31.567	4.204	4.138
Notas do Tesouro Nacional - NTN	21.923	22.934	96.566	97.543
Títulos disponíveis para venda:	3.406	3.300	3.313	3.091
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.406	3.300	3.313	3.091
Vinculados à prestação de garantias:	733.708	721.501	794.916	757.788
Títulos para negociação:	-	-	8.988	8.125
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	8.988	8.125
Títulos disponíveis para venda:	733.708	721.501	785.928	749.663
Letras do Tesouro Nacional - LTN	689.700	677.493	744.654	708.389
Cotas de fundos de investimento	44.008	44.008	41.274	41.274
Total	790.480	779.302	898.999	862.560

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda		2023			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	693.106	680.793	(12.313)	5.541	(6.772)
Cotas de fundos de investimento	44.008	44.008	-	-	-
Total	737.114	724.801	(12.313)	5.541	(6.772)

Títulos disponíveis para venda		2022			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	747.967	711.480	(36.487)	16.419	(20.068)
Cotas de fundos de investimento	41.274	41.274	-	-	-
Total	789.241	752.754	(36.487)	16.419	(20.068)

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

O banco recebeu no primeiro semestre de 2019 R\$ 160.119 em debêntures como novação de uma dívida não paga de execução de uma garantia prestada referente ao ano de 2015. Essa dívida foi baixada integralmente para prejuízo. Até o fechamento do exercício de 2022 foi reconhecido uma perda permanente no resultado no valor de R\$ 147.585, sendo R\$ 133.514 no primeiro semestre de 2019 e R\$ 14.071 no segundo semestre de 2021. O ajuste foi baseado no cálculo dos fluxos de caixa esperado trazidos ao valor presente. No exercício de 2022 o Banco vendeu a totalidade das debentures para partes independentes pelo valor de R\$ 8.000, reconhecendo no resultado R\$ 17.888 de prejuízo.

c) Composição por prazo de vencimento

	2023			2022		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento		44.008	44.008		41.274	41.274
A vencer até 3 meses	5.979	-	5.979	3.191	-	3.191
A vencer entre 3 e 12 meses	-	306.962	306.962	-	180.149	180.149
A vencer entre 1 e 3 anos	26.521	261.788	288.309	16.085	531.331	547.416
A vencer entre 3 e 5 anos	5.150	112.043	117.193	19.635	-	19.635
A vencer entre 5 e 15 anos	16.851		16.851	70.895	-	70.895
Total	54.501	724.801	779.302	109.806	752.754	862.560

d) Composição por emissor

	2023	2022
Títulos para negociação	54.501	109.806
Públicos	54.501	109.806
Governo Federal	54.501	109.806
Títulos disponíveis para venda	724.801	752.754
Públicos	680.793	711.480
Governo Federal	680.793	711.480
Privado	44.008	41.274
Cotas de fundos de investimento	44.008	41.274
Total	779.302	862.560

e) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas.

Demonstramos a seguir a relação dos swap's, NDF por indexador:

e.1) "Swap", NDF e Opções

Em 30 de junho de 2023

<u>Indexador</u>	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Curva - Diferencial a receber (pagar)	Mercado - Diferencial a receber (pagar)
CDI x DÓLAR	91.870	2.873	4.134
CDI x PRÉ	400.000	5.646	5.512
CDI x YEN	5.000	63	369
DÓLAR (NDF)	5.899.166	(353.923)	(438.643)
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	15.404	863	(41)
DÓLAR x LIBOR 6M (Fluxo de caixa)	22.590	751	(57)
EURO (NDF)	1.287.558	(52.498)	(87.342)
EURIBOR 6M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	15.404	64	1.092
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	22.590	110	930
PRÉ (NDF)	7.570.599	378.881	487.213
PRÉ x CDI	2.487.131	(11.547)	99.867
PRÉ X EURO	1.342.951	260.818	300.071
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	277.163	5.782	12.551
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	367.467	59.865	71.220
RENMINBI HONG KONG (NDF)	16.026	(99)	(375)
YEN (NDF)	4.142	(104)	(138)
Total	19.825.061	297.545	456.363

Em 31 de dezembro de 2022

<u>Indexador</u>	<u>Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão</u>	<u>Curva - Diferencial a receber (pagar)</u>	<u>Mercado - Diferencial a receber (pagar)</u>
CDI x PRÉ	400.000	2.540	21.485
DÓLAR (NDF)	5.102.305	(155.369)	(107.047)
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	18.484	986	(28)
DÓLAR x LIBOR 6M (Fluxo de caixa)	33.885	1.003	(73)
EURO (NDF)	1.019.965	14.468	22.043
EURIBOR 6M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	18.484	51	1.287
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	33.885	160	1.254
PRÉ (NDF)	6.321.215	11.146	(59.057)
PRÉ x CDI	1.997.399	(16.758)	9.944
PRÉ X EURO	939.813	168.020	163.605
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	257.816	7.513	2.426
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	540.440	62.908	60.773
RENMINBI HONGKONG (NDF)	3.314	(12)	76
Total	<u>16.687.005</u>	<u>96.656</u>	<u>116.688</u>

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Operações a termo</u>	<u>Valor dos contratos</u>	<u>Valor dos contratos</u>
Compras a termo a receber	-	44.761
Obrigações por compra de termo a pagar	-	(44.823)
Total	<u>-</u>	<u>(62)</u>

Diferencial e prêmios a receber (pagar) - Swap, Ndf e Opções

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo registrado no ativo:	1.082.511	510.145
Saldo registrado no passivo:	<u>(626.148)</u>	<u>(393.519)</u>
Diferencial líquido a receber/(pagar)	<u>456.363</u>	<u>116.626</u>

e.2) Mercado futuro

Mercadoria	2023		2022	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
DDI	3.704.953	(24.749)	2.509.889	18.409
DI	8.985.164	(3.388)	6.956.447	(404)
Dólar	4.441.976	(18.637)	2.542.551	18.696
Wdo	2.824.931	(26.765)	716.032	(4.431)
Total	<u>19.957.024</u>	<u>(73.539)</u>	<u>12.724.919</u>	<u>32.270</u>

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 676.975 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 703.758 em 31 de dezembro de 2022).

Os contratos de “swap”, NDFs, futuros e opções têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 30 de junho de 2023

	Valores referenciais					Total de contratos
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
“Swap”	325.415	1.442.085	2.540.667	739.403	-	5.047.570
Operações a Termo NDFs	8.658.983	5.151.136	704.782	262.590	-	14.777.491
Futuros	13.793.046	3.959.898	1.893.741	292.253	18.086	19.957.024
Total	<u>22.777.444</u>	<u>10.553.119</u>	<u>5.139.190</u>	<u>1.294.246</u>	<u>18.086</u>	<u>39.782.085</u>

Em 31 de dezembro de 2022

	Valores referenciais					Total de contratos
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
“Swap”	391.812	824.620	1.704.678	1.319.097	-	4.240.207
Operações a Termo NDFs	6.447.293	4.719.140	1.017.775	262.590	-	12.446.798
Futuros	8.184.485	2.415.950	1.803.407	308.222	12.855	12.724.919
Operações a Termo	44.823	-	-	-	-	44.823
Total	<u>15.068.413</u>	<u>7.959.710</u>	<u>4.525.860</u>	<u>1.889.909</u>	<u>12.855</u>	<u>29.456.747</u>

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram em 30 de junho de 2023 e de 2022, os seguintes resultados:

	2023	2022
NDF	7.140	262.446
Swap	276.248	542.219
Mercado futuro	(676.640)	(743.784)
Total	<u>(393.252)</u>	<u>60.881</u>

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

O Banco Société Générale possui contratos derivativos negociados em bolsa utilizados como instrumentos de hedge, em estratégia de hedge.

Hedge de fluxo de caixa

Nossa estratégia de hedge visa proteger as altera es no fluxo de caixa devido a varia es cambiais das capta es externas. Os empréstimos obtidos através de capta es externas são objetos do "hedge", e os futuros DI e DDI são os instrumentos do "hedge" negociados na "B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO" e são apresentados na tabela abaixo:

"Hedge" fluxo de caixa	2023		2022	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(20.263)	-	(27.432)	-
DDI	18.305	(19.706)	24.919	(23.258)
DI	-	18.845		22.841
Marca�o a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		725		900
Imposto sobre a marca�o a mercado do hedge fluxo de caixa		(326)		(405)
Valor líquido de impostos (nota 18.f)		<u>399</u>		<u>495</u>

e.4) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplica es do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posi o   demonstrada abaixo. A aplica o no fundo   uma obriga o regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autoriza o de acesso como participante de negocia o pleno e participante de liquida o.

	2023	2022
FI LIQUIDEZ CÂMARA BM&FBOVESPA MULTIMERCADO		
Quantidade cotas investidas pelo Banco	<u>299.779,4947942</u>	<u>299.779,4947942</u>
Saldo	<u>44.008</u>	<u>41.274</u>

8 NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

a) Ativo

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)		32.270
Total	-	<u>32.270</u>
Curto prazo	-	<u>32.270</u>

b) Passivo

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	73.539	-
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	75	24
Total	<u>73.614</u>	<u>24</u>
Curto prazo	<u>73.614</u>	<u>24</u>

9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Empréstimos e títulos descontados	234.816	230.491
Financiamentos	68.006	35.137
Total das operações de crédito	<u>302.822</u>	<u>265.628</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 11)	222.337	136.784
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 11)	1.801	408
Outros créditos – títulos e créditos a receber	64.831	83.071
Total de outros créditos	<u>288.969</u>	<u>220.263</u>
Total do risco da carteira	<u>591.791</u>	<u>485.891</u>

b) Diversificação por atividade:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Setor privado:		
Indústria	108.752	45.375
Comércio	432.014	384.976
Instituições financeiras	-	7.027
Pessoas físicas	215	284
Prestação de serviços	37.965	35.598
Outros serviços	12.845	12.631
Total	<u>591.791</u>	<u>485.891</u>

c) Vencimento:

	2023		2022	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	1.228	0,21	887	0,18
A vencer até 3 meses	48.233	8,15	118.117	24,31
A vencer de 3 a 12 meses	486.329	82,18	71.873	14,79
A vencer de 1 a 3 anos	36.620	6,19	278.746	57,37
A vencer de 3 a 5 anos	19.381	3,27	16.268	3,35
Total	591.791	100,00	485.891	100,00

d) Concentração da carteira de crédito:

	2023		2022	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	216.882	36,65	213.585	43,96
10 seguintes maiores devedores	317.845	53,71	216.403	44,54
20 seguintes maiores devedores	44.697	7,55	37.870	7,79
50 seguintes maiores devedores	12.367	2,09	18.033	3,71
Total	591.791	100,00	485.891	100,00

e) Nível de risco:

Nível	%	2023			2022		
		Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	36.988	-	36.988	104.349	-	104.349
A	0,50%	81.063	-	81.063	70.025	-	70.025
B	1,00%	450.113	-	450.113	281.942	-	281.942
C	3,00%	15.308	96	15.404	21.521	207	21.728
D	10,00%	-	-	-	-	-	-
E	30,00%	1.801	-	1.801	-	-	-
F	50,00%	-	-	-	-	-	-
G	70,00%	5.290	-	5.290	5.356	-	5.356
H	100,00%	-	1.132	1.132	1.813	678	2.491
		590.563	1.228	591.791	485.006	885	485.891

f) Provisão por nível de risco:

Nível	%	2023		2022	
		Total	Provisão	Total	Provisão
AA	0,00%	36.988	-	104.349	-
A	0,50%	81.063	405	70.025	350
B	1,00%	450.113	4.501	281.942	2.820
C	3,00%	15.404	462	21.728	652
D	10,00%	-	-	-	-
E	30,00%	1.801	540	-	-
F	50,00%	-	-	-	-
G	70,00%	5.290	3.703	5.356	3.749
H	100,00%	1.132	1.132	2.491	2.491
Provisão mínima		591.791	10.744	485.891	10.063
Provisão adicional (*)			127		68
Total		591.791	10.871	485.891	10.131

(*) O valor de provisão adicional, é referente ao ajuste de perdas de crédito esperadas contabilizado seguindo instruções do BACEN. O Banco compara a provisão local (Resolução 2.682) calculada com a provisão por perda esperada calculada pelo grupo para fins de atendimento a norma de IFRS. Esta comparação é efetuada individualmente por cliente e a provisão é incrementada e igualada ao IFRS se essa última for maior. Neste semestre houve uma constituição no valor de R\$ 60. (reversão de provisão de R\$ 441 no semestre encerrado em 30 de junho de 2022).

10 PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2023	2022
Saldo inicial	10.063	8.853
Constituição (Reversão)	681	4.003
Baixas	-	(2.793)
Saldo final	10.744	10.063
Constituição (Reversão) Adicional IFRS 9	60	(424)
Curto prazo	5.948	1.244
Longo prazo	4.796	8.819
Total	10.744	10.063

Houve aumento não significativo do estoque da carteira de crédito, mantendo o valor das provisões para perdas associadas ao risco de crédito constante entre os exercícios, com baixo impacto no provisionamento para liquidação duvidosa.

11 CARTEIRA DE CÂMBIO

	2023	2022
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	7.571.370	7.163.162
Direitos sobre venda de câmbio	7.636.568	6.889.812
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(5.820)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	1.801	408
Total	<u>15.203.919</u>	<u>14.053.382</u>
Curto prazo	13.114.382	11.602.807
Longo prazo	2.089.537	2.450.575
Total	<u>15.203.919</u>	<u>14.053.382</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	7.410.619	7.044.406
Obrigações por compra de câmbio	7.891.096	7.136.375
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	(222.337)	(136.784)
Total	<u>15.079.378</u>	<u>14.043.997</u>
Curto prazo	12.954.113	11.521.443
Longo prazo	2.125.265	2.522.554
Total	<u>15.079.378</u>	<u>14.043.997</u>

12 OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2023	2022
Adiantamentos e antecipações salariais	1.456	455
Devedores por depósitos em garantia (*)	477.624	462.110
Impostos e contribuições a compensar	82.775	85.042
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 20)	101	77
Devedores diversos no exterior (**) ne. 20	-	8.977
Outros	1.879	1.348
Total	<u>563.835</u>	<u>558.009</u>
Curto prazo	3.436	10.857
Longo Prazo	560.399	547.152
	<u>563.835</u>	<u>558.009</u>

(*) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 68.172 em 30 de junho de 2023 (R\$ 66.166 em 2022), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 161.756 em 30 de junho de 2023 (R\$ 156.485 em 2022), e Pedidos de compensação de IRRF, totalizando R\$ 45.648 em 30 de junho de 2023 (R\$ 43.842 em 2022).

Em 02/10/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origens fiscais, trabalhistas e cíveis do Banco Cacique. O valor atualizado em 2023 é de R\$ 19.034 em 30 de junho (R\$ 33.441 em 2022). Em 01/12/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origem fiscal da CCTVM. O valor atualizado em 30 de junho 2022 é de R\$ 134.229 (R\$ 126.661 em 2022).

(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 20).

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias e passivo fiscal diferido:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impostos e contribuições a recolher	5.429	8.851
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 19 d)	103.927	82.026
Total	<u>109.356</u>	<u>90.877</u>
Curto prazo	5.755	8.851
Longo Prazo	103.601	82.026
	<u>109.356</u>	<u>90.877</u>

c) Outras obrigações - diversas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13. i)	259.172	251.496
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13. i)	22.939	24.927
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13. i)	4.880	4.898
Provisão com despesas de pessoal	15.752	22.291
Provisão para despesas de publicação	27	54
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.471	3.996
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 20 a)	31.403	22.962
Provisão para despesas de auditoria	477	368
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	693	693
Provisão para garantias prestadas (*)	40	63
Provisão adicional	127	68
Outras	32	425
Total	<u>337.013</u>	<u>332.241</u>
Curto prazo	49.289	50.164
Longo Prazo	287.724	282.077
	<u>337.013</u>	<u>332.241</u>

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 30 de junho de 2023 R\$ 556.433 (R\$ 565.950 em 31 de dezembro de 2022).

13 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Riscos fiscais (nota explicativa nº 12 c)	259.172	251.496
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 12 c)	22.939	24.927
Riscos cíveis (nota explicativa nº 12 c)	4.880	4.898
Total	<u>286.991</u>	<u>281.321</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 30 de junho de 2023

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	251.496	24.927	4.898	281.321
Constituição (nota explicativa nº 23)	-	401	-	401
Ajustes/Baixas	-	-	1	1
Reversão (nota explicativa nº 22)	-	(2.683)	(218)	(2.901)
Atualização (nota explicativa nº 23)	7.676	294	199	8.169
Saldo final	<u>259.172</u>	<u>22.939</u>	<u>4.880</u>	<u>286.991</u>

Devedores por depósitos em garantia	451.029	19.034	7.561	477.624
--	---------	--------	-------	---------

Em 31 de dezembro de 2022

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	211.608	29.159	26.138	266.905
Constituição (nota explicativa nº 23)	27.705	-	-	27.705
Ajustes/Baixas	-	-	(9.375)	(9.375)
Reversão (nota explicativa nº 22)	-	(4.927)	(12.052)	(16.979)
Atualização (nota explicativa nº 23)	12.183	695	187	13.065
Saldo final	<u>251.496</u>	<u>24.927</u>	<u>4.898</u>	<u>281.321</u>

Devedores por depósitos em garantia	435.137	19.716	7.257	462.110
--	---------	--------	-------	---------

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 30 de junho de 2023

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	259.172	259.172	24.031	22.939	4.880	4.880
Perdas possíveis (b)	300.562	-	89.767	-	1.475	-
Perdas remotas	43.758	-	2.233	-	-	-
Total de provisões	603.492	259.172	116.031	22.939	6.355	4.880

Em 31 de dezembro de 2022

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	251.496	251.496	24.965	24.927	4.898	4.898
Perdas possíveis (b)	292.924	-	107.683	-	1.608	-
Perdas remotas	42.962	-	2.233	-	-	-
Total de provisões	587.382	251.496	134.881	24.927	6.506	4.898

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 30 de junho de 2023 totalizou R\$ 954 (R\$ 941 em 2022).
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 30 de junho de 2023 totalizou R\$ 144.864 (R\$ 140.402 em 2022);
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 30 de junho de 2023, totalizou R\$ 45.994 (R\$ 45.374 em 2022);
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 30 de junho de 2023 totalizou R\$ 9.115 (R\$ 8.993 em 2022)
- Em 30 junho de 2018 foi criada provisão, no montante de R\$ 16.624, para registrar a diferença contábil nos depósitos judiciais e provisões para os casos com possibilidade de perda provável, em que o valor do depósito será automaticamente convertido em renda para a União. A diferença objeto do ajuste refere-se aos critérios aplicados na atualização dos depósitos frente aos de provisionamento. O valor desta provisão atualizado em 30 junho de 2023 é de R\$ 40.598 (R\$ 38.463 em 2022).

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 30 de junho de 2023 totalizou R\$ 45.648 (R\$ 43.842 em 2022);

- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 30 de junho de 2023 totalizou R\$ 58.325 (R\$ 56.533 em 2022);
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 30 de junho de 2023 totalizou R\$ 145.492, (R\$ 139.816 em 2022);
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado contra o Banco em 17 de outubro de 2022, pela glosa de operações de contratos futuros nas bases de IRPJ e CSLL referente ao ano de 2017 – em 30 de junho de 2023 totalizou R\$ 28.791 (R\$ 27.207 em 2022).

Trabalhistas:

A classificação de risco e a mensuração das provisões dos processos trabalhistas do Banco levam em consideração as posições dos assessores jurídicos que os classificam como remoto, possível ou provável e sua provisão segue as normas do CPC25 de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, norma essa recebida pelo Banco Central do Brasil. A provisão trabalhista corresponde aos processos, movidos por ex-funcionários que possuem classificação de risco provável. Os pedidos dos processos trabalhistas relacionam-se, entre outros, em horas extras a partir da 8ª hora e reflexos, hora extra face a supressão do intervalo intrajornada, adicional noturno, pagamento de bônus, vínculo empregatício, intervalo intrajornada e descaracterização de cargo de confiança.

Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base nas decisões judiciais existentes em terceira, segunda e primeira instâncias e, para aquelas que não houver qualquer decisão, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos ou, por exceção considerando condições específicas do processo.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

14 INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

	SG Equipment Finance S.A.-	
	2023	2022
Informações das controladas:		
Capital social	84.398	84.398
Ordinárias	1.537.587	1.537.587
Preferenciais	1.537.587	1.537.587
Participações - %	100	100
Patrimônio líquido	96.572	81.973
(Prejuízo) Lucro líquido semestre	14.626	(616)
Movimentação dos investimentos:		
Saldos no início do exercício	81.973	82.661
Resultado de equivalência patrimonial	14.626	(616)
Plano de Pagamento Baseado em Ações nas Controladas	(27)	(72)
Saldos no final do período	96.572	81.973

15 DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Sem vencimento	45.559	84.667	-	-	-	-	45.559	84.667
Até 3 meses	-	-	16.981	-	339	-	17.320	-
De 3 meses a 1 ano	-	-	100.879	769	17.120	-	117.999	769
De 1 a 3 anos	-	-	23.358	500.119	62.760	1.477	86.118	501.596
De 3 a 5 anos	-	-	-	9.362	-	83.911	-	93.273
Total	45.559	84.667	141.218	510.250	80.219	85.388	266.996	680.305

16 CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 30 de junho de 2023	A vencer até 3				Total
	meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Carteira de terceiros	15.000	-	-	-	15.000
Carteira de Livre Movimentação	-	25.032	5.528	9.280	39.840
Total	15.000	25.032	5.528	9.280	54.840

Em 31 de dezembro de 2022	A vencer até 3				Total
	meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Carteira de terceiros	400.203	-	-	-	400.203
Carteira de Livre Movimentação	-	-	6.509	53.098	59.607
Total	400.203	-	6.509	53.098	459.810

17 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2023		2022	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações em moedas estrangeiras - exportação e importação (a)	200.259	4.683	132.383	21.301
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	2.515.003	229.647	2.717.163	332.432
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	539.039	(1.134)	247.354	77.724
Subtotal	<u>3.254.301</u>	<u>233.196</u>	<u>3.096.900</u>	<u>431.457</u>
Repasse do exterior				
Obrigações por repasse no exterior (d)	-	(31)	-	(3)
Total	<u>3.254.301</u>	<u>233.165</u>	<u>3.096.900</u>	<u>431.454</u>
Curto prazo	3.244.278		3.080.623	
Longo Prazo	<u>10.023</u>		<u>16.277</u>	
	<u>3.254.301</u>		<u>3.096.900</u>	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-New York com vencimentos até 2023 e para aplica o em desconto de letras de exporta o, pr -financiamentos de exporta es e financiamentos de importa es, incorrendo em varia o cambial, acrescida de juros de até 5,52% ao ano (4,96% em dezembro de 2022).

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2023, sujeitos   varia o cambial e juros de até 5,52% ao ano em 2023 (5,62% ao ano em dezembro de 2022)

(c) São representados por obriga es em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2025, sujeitos   varia o cambial e juros de até 5,53% ao ano em 2023 (6,57% ao ano em 31 de dezembro de 2022).

Para os empréstimos que foram feitos "hedges" de fluxo de caixa (nota explicativa n  7 e.3) com derivativos no mercado futuro de "DDI" e "DI", houve marca o a mercado no Banco com ajuste favorável em R\$ 169 (favorável de R\$ 1.044 em dezembro de 2022).

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por a es, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma:

	2023	2022
A�es ordinárias	508.474	508.474
A�es preferenciais	508.474	508.474
Total	<u>1.016.948</u>	<u>1.016.948</u>

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. A diretoria, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

Conforme previsto no estatuto da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, ao Banco, único acionista é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 26.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76. Para o semestre de 2023 o Banco não teve constituição de reserva legal devido prejuízo acumulado de anos anteriores.

e) Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda

	jun/23	dez/22	jun/22
Saldo no início do período	(20.068)	(45.424)	(45.424)
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	24.173	46.102	9.158
Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA)	(10.877)	(20.746)	(4.121)
Saldo no final do semestre/exercício (nota explicativa 7b)	<u>(6.772)</u>	<u>(20.068)</u>	<u>(40.387)</u>

f) Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa

	jun/23	dez/22	jun/22
Saldo no início do período	495	1.028	1.028
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	(175)	(970)	(29)
Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA)	79	437	13
Saldo no final do semestre/exercício (nota explicativa 7 e.3)	<u>399</u>	<u>495</u>	<u>1.012</u>

Esta rubrica compreende a parcela efetiva do ajuste a valor justo dos instrumentos de hedge, conforme descrito na nota explicativa nº 7.b - Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação - hedge.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	36.815	7.221	36.815	7.221
Aliquota vigente	25%	25%	20%	20%
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(9.204)	(1.805)	(7.363)	(1.444)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Resultado de participações em coligadas e controladas	3.657	525	2.926	420
-Ajustes de preços de transferência para exterior	(2.824)	-	(2.259)	-
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(2.678)	(151)	(2.142)	(121)
-Incentivo fiscal	(16)	(11)	(13)	(9)
-Outras despesas não dedutíveis	(134)	(1.679)	(107)	(1.398)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.417)	3.040	(1.133)	2.432
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	8.167	(14.489)	6.534	(11.591)
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	13	62	10	50
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	(171)	204	(136)	163
-Provisão para publicação de balanço	7	7	6	6
-Provisão para Transfer Price Agreements	(1.196)	(4.036)	(958)	(3.229)
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	4.046	3.224	3.237	2.579
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	2.114	3.188	1.692	2.550
-Honorários advocatícios	-	(20)	-	(16)
-Provisão Garantias	(9)	-	(7)	-
-Outras diferenças temporárias	(27)	(16)	(21)	(13)
prejuízo fiscal e base negativa apurados no período	(328)	-	(266)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social exercício	-	(11.957)	-	(9.621)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(12.780)	12.225	(10.224)	10.110
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	(939)	-	(633)	-
Total de imposto de renda e contribuição social	(13.719)	268	(10.857)	489

O Banco possui prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em 30 de junho de 2023, no total de R\$ 25.230 , possuindo também diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 336.519 (R\$ 485.133 em 2022), sobre as quais, apenas sobre a parcela de R\$ 61.217, contabilizou em 30 junho de 2023 (R\$ 68.297 em 2022) imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) diferidos no montante de R\$ 27.548 (R\$ 31.182 em 2022 em observação a norma BACEN publicada em 30 de julho de 2020 (Resolução CMN N° 4.842), especificamente para cumprimento aos arts. 3º e 4º. Para a parcela restante, que monta R\$ 300.532 (R\$ 417.313 em 2022), não reconheceu contabilmente ativo fiscal diferido em R\$ 135.239 (R\$ 187.791 em 2022) por não ter atingido a todos os critérios, em referência à Resolução nº 4.842/2020 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos (30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022)

Ativo - Imposto de renda	2023	2022
Prejuízo fiscal e base negativa	25.230	23.916
Diferenças temporárias realizadas no curto prazo	35.987	39.579
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01)	12.313	36.487
Total	73.530	99.982
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Ativo fiscal constituído	18.383	24.996
Ativo - Contribuição social		
Prejuízo fiscal e base negativa	25.230	23.916
Diferenças temporárias realizadas no curto prazo	35.987	39.579
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01)	12.313	36.487
Total	73.530	99.982
Alíquota de contribuição social	20%	20%
Ativo fiscal constituído	14.706	19.996
Total ativo fiscal constituído (Imposto de renda e contribuição social)	33.089	44.992

c) Movimentação dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias e ajustes contra o patrimônio líquido (30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022):

	2023	2022
Saldo inicial	44.992	66.172
Constituições / (realizações) Dif. Temp.	(1.025)	(434)
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda	(10.878)	(20.746)
Saldo final	33.089	44.992

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo (30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022):

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	82.026	81.168
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	14.700	(436)
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- disponível para venda	(79)	(11.813)
Receitas com atualização de depósitos judiciais	7.280	13.107
Saldo final (*)	<u>103.927</u>	<u>82.026</u>

e) Projeção de realização e valor presente dos ativos diferidos (30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022):

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir:

<u>Valor contábil</u>		
<u>Imposto de renda e contribuição social sobre ativos fiscais diferidos</u>		
<u>Ano</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
2023	-	44.992
2024	33.089	-
Total	<u>33.089</u>	<u>44.992</u>

O valor presente dos ativos fiscais diferidos, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 28.368 em 30 de junho de 2023 (R\$ 39.749 em 2022).

20 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas são realizadas em condições de mercado e estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2023	2022	2023	2022
SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	120.358	116.100	6.143	5.347
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	99	75	485	445
Depósitos à vista	(131)	(711)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(80.219)	(85.388)	(4.986)	(5.295)
Société Générale - Nova York:				
Aplicações em moeda estrangeira	190.335	156.551	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	44.507	44.507	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	(106.396)	-	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(200.259)	(355.062)	(1.759)	(2.275)
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	111.344	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	1.799	35.837	-	-
Devedores diversos no exterior (*)	-	8.977	-	55.272
Credores diversos no exterior (**)	(31.403)	(22.962)	(9.533)	-
Obrigações em moeda estrangeira	(2.408.607)	(2.717.163)	(52.117)	(34.396)
Obrigações por empréstimos do exterior	(539.756)	(27.431)	-	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	5	6
Depósitos à vista	(12)	(8)	-	-
Depósitos a prazo	(3.568)	(3.237)	(215)	(202)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(38.778)	(58.226)	-	-
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	316.790	223.576	36.770	163.745
Pascal FIM investimento no exterior				
Depósitos a prazo	(18.789)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	68.103	38.239	81.324	(54.576)
Saint Germain fundo de investimento multimercado				
Depósitos a prazo	(13.073)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.021	(2.540)	1.344	(9.054)
Resumo por conta:				
Aplicações em moeda estrangeira	190.335	267.895	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	46.306	80.344	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	120.358	116.100	6.143	5.347
Depósitos à vista	(38.921)	(58.945)	-	-
Depósitos a prazo	(35.430)	(3.237)	(215)	(202)
Depósitos interfinanceiros	(80.219)	(85.388)	(4.986)	(5.295)
Devedores diversos no exterior (*)	-	8.977	-	55.272
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	101	77	490	451
Obrigações em moeda estrangeira	(2.515.003)	(2.717.163)	(52.117)	(34.396)
Credores diversos no exterior (**)	(31.403)	(22.962)	(9.533)	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(740.015)	(382.493)	(1.759)	(2.275)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	316.790	223.576	36.770	163.745
Instrumentos financeiros derivativos	70.124	35.699	82.668	(63.630)

(*) Nota explicativa nº 12 a

(**) Nota explicativa nº 12

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Proventos	5.968	6.484
Contribuição ao INSS	1.388	1.431
Total	<u>7.356</u>	<u>7.915</u>

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	<u>2023</u>			<u>2022</u>		
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Total</u>
Société Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>

21 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas de serviços técnicos especializados	7.840	7.610
Despesas de processamento de dados	3.451	4.502
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.044	4.731
Despesas de aluguéis	1.872	1.676
Despesas de serviços de terceiros	906	894
Despesas de comunicações	463	528
Despesas de contribuições filantrópicas	483	450
Despesas de depreciação e amortização	677	647
Despesas com custas judiciais	607	4.533
Despesas com consultoria jurídica	1.475	1.548
Outras desp adm	2.366	1.842
Total	<u><u>26.184</u></u>	<u><u>28.961</u></u>

22 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	2.683	2.998
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	218	15.251
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	1.689	384
Atualização de depósitos judiciais	17.409	14.084
Variação cambial	2.431	-
Reversão provisão adicional de crédito ECL	-	442
Outras rec operacionais	439	4.895
Total	<u><u>24.869</u></u>	<u><u>38.054</u></u>

23 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão de despesas com a matriz	16.080	16.143
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	-	98
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	7.676	5.303
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	401	-
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	294	560
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	199	127
Outras	511	557
Total	<u><u>25.161</u></u>	<u><u>22.788</u></u>

24 LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basileia II

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de outubro de 2013.

Apuração dos limites de Basileia II – Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2023	2022
		Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	407.225	348.554
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	58.260	29.324
Valor da margem		1.187.123	1.248.391

• Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2023		2022	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	202.562	12%	193.745	12%
RWACAM	95.809	6%	75.200	5%
RWAJUR1	28.292	2%	16.800	1%
RWAJUR2	22.496	1%	11.670	1%
RWAJUR3	-	0%	1.931	0%
PACS	23	0%	-	0%
RWAOPAD	58.043	4%	49.208	3%

• Extrapolação

	2023	2022
Índice alcançado	32,47%	37,33%

25 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es. Os planos de a es livres e diferidas são liquidados com entrega de a es do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posi o e moviment o em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Plano de a�es livres	3.559	3.925
Plano de a�es diferidas	<u>(128)</u>	<u>(366)</u>
Total	<u>3.431</u>	<u>3.559</u>
Saldo no início do semestre	3.559	3.925
Reversão	<u>(128)</u>	<u>(366)</u>
Saldo no fim do semestre	<u>3.431</u>	<u>3.559</u>

26 OUTRAS INFORMA ES

Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribui o definida, o qual   administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2023, as contribui es dos patrocinadores totalizaram R\$ 590 (R\$ 605 em 2022) e pelos funcionários R\$ 791 (R\$ 598 em 2022).

27 RESULTADO POR AÇÃO

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido	12.239	7.978
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para cálculo do lucro básico e diluído por ação:		
Quantidade média de ações		
Ordinárias	508.474	508.474
Preferenciais	508.474	508.474
Lucro por ação em R\$ (reais)		
Ordinárias	12,04	0,06
Preferenciais	12,04	0,06
Lucro atribuído por classe de ação		
Ordinárias	6.120	29.993
Preferenciais	6.120	29.993

RESUMO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DO COMITÊ DE AUDITORIA A SER PUBLICADO COM AS DFS

1º SEMESTRE 2023

O Banco Sociéte Générale Brasil S.A., instituição líder responsável pela elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado, fazendo uso da faculdade do artigo 9º, da Resolução 4.910/21, instituiu Comitê de Auditoria único para o conglomerado prudencial. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de caráter permanente, reporta-se à Diretoria Executiva e é composto por três membros, sendo que em 01/03/2023 foram empossados dois membros independentes, devidamente aprovados pelo Banco Central do Brasil.

De acordo com o estabelecido em seu Regimento, compete ao Comitê assessorar a Diretoria Executiva no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, na indicação e avaliação da efetividade das auditorias independente e interna e no acompanhamento da qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos do Banco.

O Comitê reuniu-se formalmente 3 vezes com a Auditoria Externa, incluindo a reunião para apreciação das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em junho/23, além de ter mantido reuniões de trabalho para discussão de assuntos específicos com a Diretoria Executiva, Auditoria Interna e especialistas das instituições que compõe o Conglomerado.

Dentre as atividades do período destacam-se, entre outras:

- Acompanhamento do plano de auditoria externa e das demonstrações financeiras de dezembro/2022 e junho/23;
- Aprovação do plano de auditoria interna
- Avaliação dos relatórios de ouvidoria das empresas do Conglomerado
- Avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos do Conglomerado, com ênfase no cumprimento do disposto na Res. BCB 130/21;
- Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do período;
- Acompanhamento do atendimento aos apontamentos feitos pelos órgãos reguladores e Auditores Independentes e internos.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas das administrações das instituições que compõem o Conglomerado, dos auditores externos, da auditoria interna, do Comitês estabelecidos pela governança e nas suas próprias análises.

Em vista dos resultados dos trabalhos conduzidos, o Comitê concluiu serem satisfatórios e eficazes os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente bem como os sistemas e procedimentos de controles internos, recomendando à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras individuais e do Conglomerado relativas ao primeiro semestre de 2023.

São Paulo, 17 de agosto de 2023.

Membros do Comitê
Paulo Fagundes de Lima
Isabel Cristina Badanais Vieira Leite
Alvaro Taiar Junior